

**ATA**

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador André Coelho Lima – Quis deixar expresso, em nome do PSD e dos vereadores do PSD, por se tratar da primeira reunião após a cerimónia inaugural da «GUIMARÃES CEC/2012», uma nota de satisfação e congratulação com a forma como decorreu o evento. Disse que na cerimónia protocolar se conseguiu miscigenar cultura moderna com cultura popular, fundir uma interpretação arrojada e vanguardista, com temas locais e caros às tradições Vimaraneses, assim se conseguindo interpretar aquele que vinha sendo o sentido das reivindicações insistentes, sobretudo dos agentes culturais Vimaraneses. Por outro lado, referiu que o espetáculo levado a cabo pelos *La Fura Dels Baus* se converteu num enorme sucesso, essencialmente pelos largos milhares de pessoas que acorreram a Guimarães e ao Largo do Toural e ruas adjacentes, numa congratulação conjunta e sentida, numa assunção clara, por parte dos Vimaraneses, de que todos querem fazer parte. Afirmou, ainda, que, efetivamente, o dia 21 e em bom rigor a semana que antecedeu o dia da inauguração, foi

uma semana onde Guimarães esteve claramente no centro das atenções, certamente do País, porventura da Europa, e até talvez do Mundo. Considerou que a projeção que Guimarães teve para todo o País, para a Europa e para o Mundo foi algo de inigualável e dificilmente repetível, que a todos encheu de orgulho por se vermos a cidade elevada à condição e à tenção que todos sempre acharam ser sua por direito. **2 – Vereador José Torcato Ribeiro** – **a)** - Disse subscrever a intervenção do Vereador André Coelho Lima, acrescentando, contudo, que seria importante adotar, para os próximos eventos, medidas que permitam facilitar a saída e a evacuação das pessoas; **b)** – Mostrou-se preocupado com o anúncio do Ministério da Saúde de que não há ainda projeto nem financiamento para promover a requalificação do serviço de urgência do Hospital de Guimarães. **3 – Vereadora Francisca Abreu** – **a)** - Fez a entrega de uma edição da Imprensa Nacional Casa da Moeda sobre a CEC 2012; **b)** - Fez uma intervenção sobre a CEC 2012, lendo, em voz alta, um documento, solicitando que o seu texto ficasse transcrito em ata: “Os dados disponíveis mostram que a primeira semana da Capital Europeia da Cultura preencheu os principais espaços de apresentação, exibição e criação artística e cultural vimaranenses, incluiu alguns novos já resultantes do investimento de Guimarães 2012 e “invadiu” o espaço público e “contaminou” espaços semipúblicos e até privados numa dinâmica que envolveu toda a cidade. Uma parte muito significativa do tecido associativo e institucional de Guimarães foi igualmente chamado a intervir no programa que atraiu as atenções da região, de Portugal e de outros países, designadamente europeus. A estratégia comunicacional lançada pela CEC em Novembro teve êxito. Assente no lema “Tu fazes parte”, e baseada num fio discursivo de comunicação de cidade,



logrou a atenção dos media nacionais e internacionais, que a 21 de Janeiro não quiseram estar longe da festa europeia de uma pequena cidade orgulhosa do seu património e consciente do seu papel como nó de uma rede cultural europeia. Com serenidade e perseverança, os responsáveis da CEC souberam inspirar um clima positivo, uma expectativa confiante e um ambiente convidativo à surpresa. A resposta dos vimaranenses e dos visitantes superou o que os mais optimistas podiam esperar. E teve um efeito multiplicador, criando em torno de Guimarães e da Capital Europeia da Cultura um consenso muito amplo, e uma espécie de orgulho colectivo. Como se pode perceber pelos dados a seguir coligidos, este impacte não resultou de um acaso, de uma predisposição momentânea. Foi construído com muito trabalho e o cumprimento escrupuloso de propósitos há muito enunciados e em boa hora recuperados: uma presença em força de criadores implicados na cidade, um diálogo vivo entre profissionais e amadores, entre o local e o global, uma aposta em nova criação e na diversidade de projetos e de audiências. Sem abandonar padrões de exigência elevados, os eventos da primeira semana captaram públicos de múltiplas características e tiveram casa cheia. Estes dados não refletem ainda indicadores económicos. Mas as declarações dos responsáveis dos diversos sectores, desde o comércio tradicional ao turismo, revelam uma perspectiva muito positiva. Deste ponto de vista, as recomendações dos principais guias internacionais reforçam a tendência do ano anterior: Guimarães é o destino europeu mais recomendado para 2012.

Nota sobre impactes da semana de abertura da Capital Europeia da Cultura

- 1. Envolvimento da cidade: espaços e estruturas – a) - Espaços de apresentação convencionais; Multiusos (sessão inaugural e concerto Buraka Som Sistema);

Centro Cultural Vila Flor; Pequeno Auditório (Dança "Estrangeiros"); São Mamede (4 sessões de cinema); Sociedade Martins Sarmiento (exposição Artes Visuais). b) Outros espaços de realização de eventos - Igreja de Santo António dos Capuchos (festival de Órgão Ibérico); Escola Secundária Francisco de Holanda (rede de parceiros educativos); Agrupamento escolar de Vale de S. Torcato (residência artística). c) Espaços de criação: Centro para os Assuntos de Arte e Arquitetura (exposição, oficinas e laboratórios); Espaço Oficina (oficina de impressão); Espaço ASA (serviço educativo); Biblioteca Municipal Raul Brandão (residência literária); Estabelecimento prisional de Guimarães (residência literária e rodagem de filme). d) - Associações: ACIG (conferencias "Tempos Cruzados"); Convívio (rodagem de filme sobre Novais Teixeira; ação de formação Tempos Cruzados); Círculo de Arte e Recreio (ações de formação "Tempos Cruzados"); e) - Espaço público: Largo do Toural (espetáculo de abertura); Praças do centro histórico; Casas do centro histórico (Mi Casa Es Tu Casa - 32); Bares e espaços comerciais (Primeira Noite, Mi Casa Es Tu Casa, 80). **2. Eventos** - a) 35 eventos (incluindo os de continuidade); b) Tipologia: concertos; apresentações multimédia; conferências, tertúlias; residências, oficinas, laboratórios; exposições de artes plásticas; nova criação (cinema); dança; exibição de filmes. c) Artistas - 287 artistas individuais envolvidos, a que deverão acrescer os elementos da Fundação Orquestra Estúdio: 59; 43 grupos (inclui desde o coro Outra Voz, até à Banda de Pevidém, os manipuladores das peças do espetáculo dos Fura, ou o Grupo dos Velhos Nicolinos; na totalidade mais 400 participantes). d) Espectadores: cerimónia de abertura - 3.890; espetáculo de abertura - 15.000; outros participantes no dia da abertura - 120.000; espetadores dos



restantes dias da semana de abertura – 6.229; taxa média de afluência às salas de espetáculos – 82%; exposições, conferências, tertúlias, etc; Mi Casa Es Tu Casa (excedeu todos os números da previsão inicial). e) – Voluntários – 220. **3. Cobertura mediática** – a) - Jornalistas presentes - comunicação social local e regional – 68; comunicação social nacional – 96; comunicação social internacional – 23; b) Notícias - meios locais e regionais – 293; meios nacionais – 773; meios internacionais – 139. c) - “Especiais”: televisão – 7; rádio – 6; imprensa – 7; agências – 1; locais – 4. d) - Só no dia 21 de Janeiro - Número total de meios – 66; Número de jornalistas - 170 (jornalistas e fotojornalistas); Número de técnicos e produtores – 150; A RTP somou num total de emissões de Guimarães mais de 10 horas; Rádio Renascença, Antena Um, TSF e Antena Dois, Rádio Santiago dedicaram largos espaços da sua programação nos dias 20 e 21 a Guimarães. Foram distribuídos 88 dossiês de imprensa em português e 15 em inglês. Meios internacionais de destaque creditados - Agence France Presse; Deutsche Presse-Agentur; El Mundo; El País; RTVE; Agência EFE; Deutsche Welle. **4. Plataformas digitais** – a) Portal - n. de visitantes em Janeiro: 156 587 (contra 36 482 em Dezembro de 2011 e 17 439 em Novembro); percentagem de novas visitas: 62% (contra 41% em Dezembro). b) Newsletter - os subscritores de newsletters são cerca de 6 500; c) – Facebook - mais de 10 000 novos fãs; media de visitas à página: 20 000/dia; d) – Youtube – 42.000 visualizações (duplicando em Janeiro). **5. Loja** – a) - Abriu a 14 de Dezembro; b) Frequência: até 21 de Janeiro: entre 100 e 200 pessoas por dia; nos dias 21 e 22 de Janeiro: entre 4.000 e 5.000 pessoas cada dia; depois de 22 de Janeiro: entre 400 e 500 pessoas. c) Outros indicadores - 5 800 pin’s vendidos; 4.000

oferecidos; 400 livros "A Cidade da Muralha" vendidos na Loja. **6. Indicadores recolhidos junto de outros equipamentos** – a) - Museu Alberto Sampaio: Janeiro de 2012 – 6.043; Janeiro de 2011 – 1.449. b) Paço dos Duques: Janeiro de 2012 – 18.251; Janeiro de 2011 – 13.622. c) Teleférico: Janeiro de 2012 – 8.223; Janeiro de 2011 – 5.237; d) Postos de Turismo - Janeiro 2012 – 3.024; Janeiro 2011 – 1.406. NB – Neste número não estão abrangidos os mais de 6.000 visitantes, correspondentes ao número de brochuras / programas distribuídos no fim de semana de 21 de Janeiro de 2012". -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – COOPERATIVA DA ECO AVE, CIPRL – NOMEAÇÃO DE NOVO MEMBRO PARA A COMISSÃO LIQUIDATÁRIA – Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 19 de Janeiro de 2012, foi aprovada a designação dos membros a integrar a Comissão Liquidatária da Cooperativa ECO AVE SUCATAS, CIPRL, nos termos do art.º 49º dos respetivos Estatutos. Tendo, entretanto, ocorrido o falecimento de um dos membros designados, o Sr. Carlos Alberto Costa Caldas Ribeiro, deve a Câmara Municipal designar novo membro, pelo que proponho, para membros desta Comissão Liquidatária, Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino, Adjunto do Vereador Amadeu Portilha. **DELIBERADO, POR MAIORIA E ESCRUTINIO SECRETO, APROVAR**, com sete votos a favor e quatro em branco. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Disse já ter feito um agradecimento especial ao Ministro da



Administração Interna pela colaboração na organização do dia de inauguração da CEC 2012; **2** - Disse ter recebido os parabéns de cidadãos de Cabo Verde que assistiram à cerimónia de inauguração da CEC 2012 pela RTP Internacional, tendo, igualmente, sido felicitado por uma Comissão do Parlamento Europeu que se encontrava naquele país. **3** - Disse estar a ser pensada uma visita dos embaixadores da África do Sul a Guimarães. **4** - Congratulou-se com o êxito alcançado pelo Concerto de Órgão na Igreja dos Capuchos. **5** - Disse que contava que a cidade fosse muito visitada aos fins de semana, sobretudo se estiver bom tempo, o que já implicou o alargamento do horário de abertura do Posto de Turismo. **6** - Disse já ter reunido com o grupo que preparou o evento sendo o resultado muito positivo, havendo, no entanto, algumas arestas a limar em situações futuras, nomeadamente nos próximos três espetáculos da companhia catalã "La Fura dels Baus". **7** - De ter sido publicado no Diário da República de 25 de Janeiro de 2012 a emissão de uma moeda de €2,00 assinalando a CEC 2012, cujo desenho é da autoria de José de Guimarães. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 - Do ofício da Cooperativa Tempo Livre remetendo, para conhecimento, o Plano de Atividades e Orçamento para 2012, aprovado na Assembleia de Cooperantes realizada no passado dia 29 de Dezembro, que se encontra disponível para consulta dos Senhores Vereadores na Secretaria Geral da Câmara Municipal; **2** - Do ofício dos TUG - Transurbanos de Guimarães Transportes Públicos, Lda. remetendo, para conhecimento, nos termos e para efeitos do n.º 2 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 8/93, de 11 de janeiro, e de acordo com o Despacho Normativo do IMTT, de 20 de

janeiro, a nova Tabela de Conversão Tarifária, com entrada em vigor no próximo dia 1 de fevereiro, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 19 DE JANEIRO DE 2012. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.

Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores do PSD, manifestaram, na reunião de 19.01.2012, a intenção de apresentar declarações de voto nos pontos 3 e 8 da agenda da referida reunião. O que fizeram, 8 dias depois da data de realização da referida reunião. Apesar de juntos os termos das respetivas declarações de voto, antes da elaboração da ata, o Presidente de Câmara decidiu não aceitar as referidas declarações, por intempestividade, não as fazendo constar na presente ata. Por esse motivo, os vereadores do PSD votam contra a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Guimarães de 19 de Janeiro de 2012. E pelos seguintes motivos: 1. Apesar de várias vezes ter sido solicitada a sua elaboração pelos vereadores do PSD, não existe um regimento que regule o funcionamento das reuniões de Câmara, donde resulta que não existe como tal uma tal regra fixada, bem como, daqui resulta que se aplicam os termos da lei, nomeadamente da Lei nº 169/99 (Lei da Organização e Funcionamento das Autarquias Locais). 2. A lei nada impõe quanto a prazo para entrega das declarações de voto (artigos 92º e 93º da Lei nº 169/99). 3. Só após a sua aprovação, na reunião subsequente, volvidos 15 dias, é que as atas são aprovadas pelo que até esse momento são sempre passíveis de alteração, como já por várias vezes sucedeu, tendo sido alteradas atas meros



momentos antes da sua votação (até esse momento vigora apenas a minuta de ata apenas para assegurar a entrada imediata em vigor das respetivas deliberações). 4. No caso presente, as declarações de voto foram entregues aos serviços 8 dias antes da reunião onde seria aprovada a versão final da ata, logo, a tempo mais do que suficiente para a sua correspondente inclusão. 5. cremos que a atitude do Presidente de Câmara, arbitrária e legal ou regimentalmente infundada, é reveladora de pouco respeito pelos valores basilares da democracia, pois que as regras, para o serem, têm que ser gerais e abstratas, devem ser conhecidas por aqueles que é suposto que as cumpram, e não fixadas de acordo com o livre arbítrio do Presidente de Câmara, variando até de reunião para reunião. 6. A autoridade, para ser respeitada, tem que se dar ao respeito. Deste modo e em conclusão, e porque pretendem os vereadores do PSD que as declarações de voto apresentadas para a reunião de 19.01.2012 constem para memória futura, serão as mesmas juntas na presente declarações de voto, dela fazendo parte integrante: **Reunião de 19.01.2012 – Ponto 3** - Os vereadores do PSD votam favoravelmente a verba atribuída à Junta de Freguesia de Penselo para alargamento do cemitério daquela freguesia. No entanto, voltam a chamar atenção para a urgência da construção do cemitério de Briteiros (Santo Estêvão), cuja construção está já prometida há muitos anos, cuja urgência se justifica amplamente, e que tem conhecido até agora o silêncio do executivo municipal. É legítima a pretensão da população e da Junta de Freguesia de Penselo. No entanto é importante recordar as igualmente legítimas expectativas da população de Briteiros (Santo Estêvão), não quanto a um alargamento mas quanto à própria construção do cemitério, para mais depois de ter já sido por diversas vezes prometido. **Reunião**

de 19.01.2012 – Ponto 8 - O que nos é presente neste ponto é, tal como consta do texto da deliberação, uma assunção de incompetência dos serviços municipais, isto é, é-nos dado a perceber pelo referido texto que mediante uma ocupação onerosa e precária (isto é, denunciável anualmente), os serviços da Câmara desconheciam que existia um restaurante na parte inferior do Café Vitória, pelo que, por esse motivo, não procederam à denúncia do contrato nos 60 dias anteriores a 25 de Novembro de 2011, o que permitiria a desocupação sem necessidade de indemnização. Em 25 de Novembro de 2011 (ou nos 60 dias que lhe antecederam), recorda-se, era já público, inclusive, o projeto da Plataforma das Artes. Ora, não se tendo procedido a tal comunicação de denúncia (até 25.09.2011, para produzir efeitos a partir de 25.11.2011), a única forma de permitir que os responsáveis pela exploração do estabelecimento possam sair a tempo de se fazer as obras para a Plataforma das Artes, é permitir que o façam no decurso do contrato, sendo para o efeito devidamente indemnizados. Naturalmente que esta indemnização é um direito inequívoco da senhora Dorlinda Couto Saldanha e irmão, António José Couto Gonçalves. No que concordamos absolutamente com o parecer do Senhor Dr. Luís Teixeira e Melo a este propósito. E o valor porque a mesma foi decidida (€ 32.500,00) não nos merece qualquer oposição, por nos parecer um valor justo face à saída forçada antes do final do período a que tinha direito, isto é, pelo menos até 25 de Novembro de 2012. Agora, o que aqui está em causa é uma questão de rigor e transparência na gestão de dinheiros públicos. Em primeiro lugar **rigor**. Porque do que se trata (segundo o texto da deliberação) é de uma indemnização que terá que ser paga apenas porque os serviços municipais se esqueceram de notificar os responsáveis



pela exploração até 25.09.2011, ora, tal esquecimento é absolutamente incompreensível, não apenas porque o Café Vitória, e o seu restaurante, são bem conhecidos da comunidade Vimaranesa e de quem viva esta cidade, como sobretudo porque, mesmo admitindo-se serem os responsáveis municipais desconhecedores da sua existência, a sua obrigação é fazer um levantamento exaustivo dos vários prédios ou frações que compunham o antigo Mercado Municipal, futura Plataforma das Artes e da Criatividade, atuando face a todos de forma igual. Em segundo lugar **transparência**. Porque aquilo que se veio a perceber da discussão do ponto foi que se pretendia, de forma enviesada, atribuir aos responsáveis pela exploração do Café Vitória idêntico benefício ao que terá sido atribuído aos restantes lojistas que abandonaram as suas lojas. Ora, essa intenção nenhum obstáculo nos merece. O tratamento equitativo entre os lojistas que tenham tido que abandonar as suas lojas deve ser assegurado. Dizemos mesmo mais: a atribuição, ainda que não devida e a título extraordinário, de uma indemnização aos lojistas pelas condições contratuais absolutamente precárias em que se encontravam (possibilidade de denúncia anual), é algo que merece a nossa concordância. Mas a transparência decisória, e acima de tudo a coragem que devem ter os decisores políticos, deve conduzir a que assumam aquelas que sejam as suas posições, a que defendam que pretendem indemnizar os lojistas pelas condições precárias dos seus contratos, e não utilizar subterfúgios de alegados “esquecimentos” da existência de um café e restaurante que é por todos publicamente conhecido e reconhecido, como forma de conseguir indemnizar os respetivos lojistas. Em suma, somos favoráveis à ideia de indemnizar excecionalmente os lojistas pelas condições dos seus contratos,

mas não podemos pactuar com procedimento enviesados e pouco corajosos de o fazer, que ainda para mais, põem em causa os próprios serviços, colocando sobre eles o anátema da incompetência. Um político, se considera justa a existência de uma indemnização excecional, deve assumi-lo, atribuir-lhe a forma própria e propô-lo correspondentemente. Estes procedimentos, que ou são reveladores de incompetência, para que tem que haver responsabilidades, ou são reveladoras de falta de coragem decisória, devem merecer a nossa censura, pelo que votamos **contra**". -----

FREGUESIAS – PLANO DE TRANSFERÊNCIAS PARA FREGUESIAS - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara e a Assembleia Municipal votaram o Plano e Orçamento para o ano de 2012 que contém uma verba de €455.218,00, a distribuir proporcionalmente, tendo em conta os indicadores das transferências do Estado, pelas sessenta e nove freguesias do concelho. Os valores a transferir para cada freguesia estão descritos no mapa de "Plano de Transferências para as Freguesias", anexo ao Plano e Orçamento para o ano de 2012. Pretende-se disponibilizar meios às freguesias para, em consonância com a Câmara Municipal, executarem tarefas na área geográfica do seu território, nomeadamente para a realização das pequenas obras de conservação e reparação em edifícios escolares, na rede viária concelhia, assim como para o pagamento de renda e condomínio dos edifícios da Sede da Junta de Freguesia. A afetação das transferências agora proposta, associadas a essas responsabilidades, justifica-se pela proximidade das Juntas de Freguesias com a realidade local, tornando mais célere e eficaz, a resolução de problemas de



pequena dimensão que, por si só, não justificam a intervenção de uma estrutura centralizada. Os valores serão pagos até ao final do ano em curso e mediante a correspondente verificação da sua execução, pelos serviços técnicos da Câmara Municipal. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário a transferência dos valores descritos no "Plano de Transferências para as Freguesias", em anexo, num total de €455.218,00". O plano de transferências dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE LORDELO -
ALARGAMENTO DO CEMITÉRIO - PROTOCOLO DE
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**

– Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "Em setembro de 2011, a Junta de Freguesia de Lordelo informou esta Câmara da necessidade da ampliação do cemitério daquela freguesia, na sequência da verificação do limite da capacidade do mesmo, estando já a ocupar a área destinada a jardim, solicitando o nosso apoio para a execução da obra de alargamento. O valor da obra a executar eleva-se a €39.905,10, mais IVA, de acordo com estimativa orçamental, elaborado em 7 de outubro de 2011, pelo Departamento de Obras Municipais. Assim, tendo em conta a necessidade e o interesse público inerente, submete-se à aprovação do executivo camarário a celebração de um protocolo de atribuição de subsídio com a Junta de Freguesia de Lordelo para a execução da obra de alargamento do cemitério de Lordelo, propondo-se a atribuição de uma verba no valor de €42.203,90".

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Os vereadores do

PSD votam favoravelmente a verba atribuída à Junta de Freguesia de Lordelo para alargamento do cemitério daquela freguesia. No entanto, voltam a chamar atenção para a urgência da construção do cemitério de Briteiros (Santo Estêvão), cuja construção está já prometida há muitos anos, cuja urgência se justifica amplamente, e que tem conhecido até agora o silêncio do executivo municipal. É legítima a pretensão da população e da Junta de Freguesia de Lordelo. No entanto é importante recordar as igualmente legítimas expectativas da população de Briteiros (Santo Estêvão), não quanto a um alargamento mas quanto à própria construção do cemitério, para mais depois de ter já sido por diversas vezes prometido pelo executivo socialista". -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE GUARDIZELA – FESTA EM HONRA DE SANTA LUZIA - ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

- Presente um ofício da Comissão das Festas em Honra de Santa Luzia, freguesia de Guardizela, solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa referida em epígrafe, realizadas nos dias 17 e 18 de Dezembro de 2011. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Guardizela, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €17,95 (dezassete euros e noventa e cinco cêntimos)". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA COMPARTICIPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL NOS CUSTOS COM A LIGAÇÃO DOS CONTADORES E CONSUMOS DE ENERGIA ELÉCTRICA EM EVENTOS/ FESTAS ORGANIZADOS



EM FREGUESIAS – Presente a seguinte proposta: “Por deliberação de 24 de Março de 2005 foram estabelecidos critérios para pagamento dos contadores e dos consumos de eletricidade a suportar pela Câmara Municipal em diversas festividades organizados no concelho e promovidas por diferentes entidades. Na reunião da Câmara Municipal de 4 de Janeiro de 2007, atendendo já a restrições financeiras que vinham sendo sentidas, foi deliberado assumir apenas o pagamento de 50% do valor médio dos encargos em cada festividade nos três anos imediatamente anteriores. Considerando porém o agravamento das restrições financeiras já referenciadas em 2007, proponho que, a partir do início do ano de 2012, a Câmara deixe de suportar todas as despesas de consumo de energia eléctrica em quaisquer festividades que ocorram no concelho, revogando assim as deliberações de 24 de Março de 2005 e 4 de Janeiro de 2007”.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Na opinião dos vereadores do PSD, nada justifica esta proposta de revogação. Convém recordar que, em 2005 (24.03.2005), a Câmara Municipal deliberou custear integralmente a ligação dos contadores e consumos de energia eléctrica em eventos/festas organizados em freguesias do nosso concelho. Posteriormente, em 2007 (04.01.2007), a Câmara Municipal decidiu reduzir essa comparticipação para 50% do valor médio dos encargos em cada festividade. Mais se refira que no presente mandato, os vereadores do PSD foram sempre favoráveis à comparticipação de 50% dos custos com eletricidade nas festas e romarias das freguesias do concelho de Guimarães. Agora, do que aqui se trata é da revogação da comparticipação, isto é, de a Câmara Municipal

deixar, de todo em todo, de efetuar qualquer tipo de comparticipação. E fá-lo, alegando um *"agravamento das restrições financeiras"*. Aqui chegados importa perceber quanto custa efetivamente, ao Município de Guimarães, esta comparticipação de 50%. Tomando como exemplo o último exercício, de 2011: No ano 2011 a Câmara Municipal despendeu **€9.933,42** em comparticipação em consumos de energia elétrica nas festas das freguesias do concelho de Guimarães. O que corresponde a um gasto mensal de **€827,79**. Neste montante, refira-se, estão incluídos € 4.000,00 de apoio à Associação Comercial e Industrial de Guimarães para as iluminações de Natal na cidade. Ou seja, se não considerarmos este montante de € 4.000,00, porque não se trata de um *"evento/festa organizado em freguesias"*, como se diz no texto da deliberação, temos que em 2011 a Câmara Municipal apenas despendeu **€5.933,42** nesta comparticipação. Correspondente a um gasto mensal de **€494,45**. Mas os números são ainda mais irrisórios e ridículos se verificadas as festividades apoiadas, isto é, considerando que foram apoiadas 61 festividades em freguesias (não considerando uma vez mais o apoio às iluminações de Natal na cidade), o valor médio é de **€97,27** por cada festividade. Ora, neste ano de 2012, Guimarães é Capital Europeia da Cultura. Estas festas são uma manifestação da nossa cultura popular. Estas festas não são das freguesias, são de Guimarães. São nossas! Retirar um apoio exíguo e meramente simbólico às festividades populares e tradicionais do nosso concelho, manifestação da nossa cultura mais genuína, num ano em que estão a ser gastos (embora justificadamente) €45 milhões em cultura no âmbito da CEC, é algo que é revelador de enorme insensibilidade cultural, e mesmo insensibilidade social. É aliás uma medida que, além de demonstrar uma manifesta



desconsideração pelas festividades tradicionais e populares do nosso concelho, em nada contribui, antes agride, a desejável coesão territorial e a equidade de tratamento no território do concelho de Guimarães. Esta proposta não pode, manifestamente, merecer o nosso apoio, pelo que votaremos **contra**". -----

PROTÓCOLOS - PROJECTO DE VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA DOÇARIA TRADICIONAL VIMARANENSE –

Presente a seguinte proposta: "O Município apresentou e executou uma candidatura ao PRODER, Subprograma 3, Ação 3.2.1 2010 – Conservação e Valorização do Património Rural, de um projeto de Valorização e Conservação da Doçaria Tradicional Vimaranense: Deste projeto faziam parte duas ações, uma de Estudo e Publicação sobre a Doçaria Vimaranense Antiga e uma outra de divulgação dos receituários apurados junto da população local. O Município fez uma edição de 500 exemplares destinada a arquivo e bibliotecas da área do município. Os restantes exemplares destinam-se a serem distribuídos por entidades e organizações locais e nacionais interessadas. A investigadora principal deste projeto, Dra. Isabel Maria Granja Fernandes reconhecida especialista na área da gastronomia, em particular na gastronomia medieval, manifestou interesse em garantir a edição comercial do Livro, através de uma editora. Assim sendo sugiro a assinatura do protocolo, cuja minuta se anexa, de modo a garantir a divulgação e comercialização do trabalho de estudo e investigação em que se traduziu a publicação "Doçaria Tradicional Vimaranense", desde que tal Protocolo seja legalmente sustentado." A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte

declaração de voto: “Os vereadores do PSD votam favoravelmente a intenção de celebração de um protocolo com vista a permitir a divulgação e comercialização do trabalho de estudo e investigação em que se traduziu a publicação “*Doçaria Tradicional Vimaranense*”. O que fazem, na medida em que, por sugestão do Presidente de Câmara, foi incluído no texto da deliberação a expressão “*desde que o protocolo seja legalmente sustentado*”. Isto porque: Nada temos a opor a esta pretensão de comercialização. Existe um interesse comercial objetivo, e existindo tal interesse comercial assente na enorme procura que o livro conheceu, deve permitir-se que a economia funcione, permitindo-se a publicação com propósitos comerciais da referida publicação. No entanto, a verdade é que o estudo e publicação, como aliás resulta do próprio texto da deliberação, foram objeto de financiamento PRODER. Ora, os vereadores do PSD têm muitas dúvidas, para não afirmar peremptoriamente terem mesmo certezas, de que um estudo e publicação que tenha sido financiado, possa agora, após financiamento, ser comercializado. Por esse motivo, por se poder estar perante o cometimento de uma ilegalidade, votaríamos necessariamente contra, por razões de forma, e não de substância, como em cima se disse. Contudo, repete-se, o voto foi favorável por força da inclusão da salvaguarda, no texto da deliberação de “*desde que o protocolo seja legalmente sustentado*”, pelo que aprovamos apenas e na medida em que esteja assegurada a sua conformidade legal. Para o que fica desde já exarado em ata o correspondente aviso”. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – CONTRATO DE MANUTENÇÃO DAS APLICAÇÕES NETMUNICÍPIO, UTILIZADAS NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte informação do Chefe de



Divisão de Sistemas de Informação: "**1. Objecto:** Prestação de serviços de manutenção, apoio e atualização das aplicações NetMunicípio do Município de Guimarães, que permitem a consulta on-line de processos de urbanismo, cemitérios, contra-ordenações, execuções fiscais, feiras e mercados, máquinas de diversão, contas correntes de fornecedores e munícipes, publicidade e certidões. **2. Considerando que:** - A presente prestação de serviço se destina a assegurar a manutenção, apoio e atualização das aplicações de consulta on-line das diferentes áreas de interesse dos cidadãos, pelo período de um ano, com início em 1 de Janeiro de 2012 e terminação em 31 de Dezembro de 2012; - A execução das tarefas associadas a estes serviços requer a disponibilização de equipa credenciada nas aplicações NetMunicípio, que garanta a manutenções, apoio e atualização das referidas aplicações; - Os serviços municipais não dispõem de recursos técnicos e humanos para a prestação deste serviço junto dos departamentos e dos cidadãos que usam as aplicações NetMunicípio; - Se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de prestação de serviços, para a manutenção, apoio e atualização das aplicações informáticas NetMunicípio, de consulta on-line de processos, considerando os seguintes elementos: a) A despesa para o período de 2012 estima-se em €17.160,79 (dezassete mil cento e sessenta euros e setenta e nove cêntimos), acrescida de IVA à taxa legal em vigor. b) A despesa encontra-se cabimentada na rubrica 1.1.1.06,

referente à Modernização Administrativa, conforme declaração de cabimento em anexo. c) O procedimento de formação do contrato será mediante ajuste direto, com publicação na plataforma de contratação pública, nos termos do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos, conforme caderno de encargos que se juntam em anexo. d) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como dos respectivos conjugues, algum parente, ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com que viva em economia comum. e) A este contrato foi aplicada a redução remuneratória, prevista no artº 19 da Lei do Orçamento Geral do Estado de 2011”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores do PSD abstêm-se neste ponto da ordem de trabalhos. Essencialmente porque a presente proposta se apresenta mal preparada e instruída, razão pela qual censuramos com o voto de abstenção. Antes do mais, diz-se na alínea d) da proposta de deliberação que a entidade a contratar, por ajuste direto, não tem qualquer “relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como dos respectivos conjugues (sic), algum parente, ou afim em linha recta (sic) ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa que viva em economia comum”, isto é, afirma-se na deliberação proposta que não existe qualquer incompatibilidade entre a entidade que se pretende contratar por ajuste direto e o Município e respetivos colaboradores do órgão ou serviço. No entanto, na mesma deliberação, não se identifica a entidade à qual se pretende adjudicar o serviço...Como se pode afirmar que



não existem as referidas incompatibilidades se não se sabe quem é o adjudicatário? Ou como poderão os vereadores sem pasta verificar a justeza desta informação, sem se saber quem é a entidade a quem será adjudicado o serviço? Manifestamente, não se pode. Para além disto, temos que entrou recentemente em vigor a Lei do Orçamento de Estado para vigorar durante o ano de 2012. O artigo 26º nº5 a) da LOE, exige que, previamente a qualquer contratação (entre outras exigências que constavam já no passado), seja verificada a "inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa", procedimento que passa pela consulta à bolsa de emprego público. Ora, do texto da deliberação nada consta quanto ao cumprimento deste requisito, nada é dito quanto a ter ou não sido verificada esta aptidão de pessoas em mobilidade especial. Ora, tal como na situação anterior, sem constar do texto não podem os vereadores do PSD ver assegurado o cumprimento desta exigência legal, resultante do novo Orçamento de Estado. Por todas as aludidas razões, os vereadores do PSD abstêm-se neste ponto da ordem de trabalhos". -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – "A OFICINA, CIPRL" – CENTRO DE ARTES E MESTERES TRADICIONAIS – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL NOS ÓRGÃOS SOCIAIS – Presente a seguinte proposta: "Na sequência da Assembleia Geral da Cooperativa "A Oficina", realizada no passado dia 27 de Dezembro de 2011, que elegeu novos Órgãos Sociais, cabe à Câmara Municipal de Guimarães a indicação dos seus representantes que irão exercer as funções de Presidente da Direção, Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Presidente do Conselho Fiscal. Nesta

conformidade, proponho: 1 – Que, nos termos do nº 1 do art.º 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a designação dos elementos constantes do ponto 2 da presente proposta seja votada no seu conjunto; 2 – Que sejam designados para os referidos cargos: 2.1 – Francisca Maria da Costa Abreu, Vereadora da Câmara Municipal de Guimarães, como Presidente da Direção; 2.2 – Lino Moreira da Silva, Professor Universitário, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral; 2.3 – José da Silva Fernandes, Gestor e Técnico Oficial de Contas, como Presidente do Conselho Fiscal”. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E ESCRUTINIO SECRETO O PONTO 2,** com sete votos a favor e quatro em branco. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – CASFIG, COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, EEM – NOMEAÇÃO DE NOVO GESTOR

– Presente a seguinte proposta: “Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 17 de Dezembro de 2009, foi nomeada como membro do Conselho de Administração da CASFIG, Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EEM, Paula Cristina dos Santos Oliveira, que assumiu funções não executivas daquele Conselho de Administração. Através de ofício enviado ao Presidente do Conselho de Administração da CASFIG, EEM, no passado dia 30 de Dezembro de 2011, Paula Cristina dos Santos Oliveira manifestou a sua impossibilidade para continuar a exercer a referida função, alegando um impedimento legal resultante da entrada em vigor da Lei 55/2011, de 15 de Novembro que alterou a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, apresentando, assim, a



sua renúncia ao cargo. Nesta sequência, é necessário nomear um novo membro, com funções não executivas e não remuneradas, uma vez que o Conselho de Administração da CASFIG, EEM é constituído por três membros, conforme estipulado no art.º 9.º dos seus Estatutos. Propõe-se, assim, nos termos do nº 2 do art.º 6º dos respetivos Estatutos, que a Câmara Municipal designe Isabel Maria Gouveia Baptista da Silva Carneiro, Técnica Superior (Assistente Social) da Câmara Municipal de Guimarães, para membro do Conselho de Administração da CASFIG, EEM, com funções não executivas, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E ESCRUTINIO SECRETO, com sete votos a favor e quatro em branco. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – IRMANDADE DE S. TORCATO - FEIRA FRANCA DOS 27 – Presente a seguinte proposta: “No próximo dia 27 de Fevereiro vai realizar-se a tradicional e secular “Feira Franca dos 27” na Vila de S. Torcato, promovida pela Irmandade de S. Torcato. Considerando o exemplo seguido nos anos anteriores, proponho que seja autorizada a sua realização e com isenção de taxas”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TURISMO - CONCURSO PÚBLICO PARA A ATRIBUIÇÃO DE CIRCUITOS TURÍSTICOS NA CIDADE DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “Considerando a importância estratégica que o turismo assume em Guimarães - Património Cultural da Humanidade e Capital Europeia da Cultura em 2012 - e o relevo que desde sempre foi dado por esta Câmara Municipal, bem como o significado para a economia local, foi aprovado o Regulamento para a atribuição de circuitos turísticos no concelho de Guimarães. Assim, decorrente do interesse suscitado por vários agentes económicos na obtenção do licenciamento para

desenvolvimento da atividade de exploração de circuitos turísticos na Cidade de Guimarães, submete-se à consideração superior o envio para a aprovação pela Câmara Municipal da abertura de procedimento destinado à atribuição de licenças de exploração de circuitos turísticos, uma em autocarro e a outra em veículo de tração animal, em regime de exclusividade, pelo período de dois anos, nos termos do procedimento em anexo". O referido procedimento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS COM ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA ALIMENTAÇÃO E/OU GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES - ANO CIVIL 2012 –

Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é de conhecimento superior, foi aprovada, por deliberação de Câmara de 22 de Dezembro 2011, a proposta de atribuição de verbas às entidades (Centros Sociais, Freguesias, Agrupamentos de Escolas, etc.), que têm sob a sua responsabilidade a alimentação e gestão em refeitórios escolares, para o ano civil de 2012. Assim, e a exemplo do ano transacto, propõe-se que sejam formalizadas em protocolo as parcerias estabelecidas com essas instituições, que asseguram: a colocação de pessoal para vigilância e acompanhamento de alunos em refeitórios ou cantinas escolares, que não dispõem de condições para confecção própria, e/ou no transporte para almoço; a alimentação e gestão em refeitórios, em funcionamento em estabelecimentos de educação pré-escolar. Para apreciação superior, e posterior deliberação em Reunião de Câmara, junto se anexa listagem nominal das entidades e respectivas minutas dos protocolos". A relação das entidades e as minutas dos protocolos dão-se aqui por



reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011 - ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES - ANO CIVIL 2012 – Presente a seguinte

informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, o Jardim de Infância Igreja/Briteiros Santo Estêvão funcionou, durante vários anos, e até Dezembro último, em instalações provisórias no Centro Social e Paroquial, onde foi, em devido tempo, implantado um serviço de refeições transportadas, sendo atribuída mensalmente uma verba, no valor de €200,00 ao Fórum Briteiros Santo Estêvão destinada a custear as despesas com o funcionamento do refeitório, designadamente com a higienização das loiças e dos espaços. Considerando que foi solicitada pela Autarquia autorização para a transferência de instalações do JI para as da EB1 Fafião, sita na mesma freguesia, a qual, após realização de vistoria por parte da DREN, foi autorizada, e que as crianças do jardim de infância estão desde o início do 2º período letivo a usufruir de almoço na EB1, onde funciona um refeitório com confeção no local, torna-se necessário proceder à suspensão de atribuição daquela verba ao Fórum Briteiros Santo Estêvão, com efeitos a partir de Janeiro, inclusive. Face ao exposto, propõe-se a retificação da deliberação de Câmara de 22 de Dezembro de 2011, conforme discriminado no mapa em anexo. À consideração superior”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011 - ATRIBUIÇÃO DE VERBAS

PARA ENCARGOS COM VIGILANTES EM TRANSPORTE ESCOLAR - ANO CIVIL 2012

Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Tendo sido deliberado em reunião de Câmara de 22 de Dezembro de 2011 aprovar, para o ano civil de 2012, a atribuição de verbas a entidades para encargos com vigilantes em transporte escolar, torna-se necessário, a partir de janeiro, proceder às seguintes alterações: atribuição, para o período de janeiro a junho de 2012, de uma verba mensal no valor de 600,00€ à freguesia de Souto Santa Maria para assegurar os encargos com vigilantes para acompanhamento no transporte escolar dos alunos das freguesias de Gondomar e Souto Santa Maria para a EB2,3 de Briteiros S. Salvador; atribuição de uma verba mensal no valor de 600,00€ à freguesia de Souto S. Salvador para assegurar os encargos com vigilantes para acompanhamento no transporte escolar dos alunos das freguesias de Souto S. Salvador e Souto Santa Maria para a EB2,3 de Briteiros S. Salvador. Neste sentido, propõe-se que se proceda à retificação de deliberação de Câmara de 22 de Dezembro de 2011, conforme discriminado no mapa em anexo. À consideração superior". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2002 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO MENSAL PARA GESTÃO DE PESSOAL EM REFEITÓRIOS ESCOLARES

Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é do conhecimento superior, a 28 de fevereiro de 2002, foi aprovado em reunião de Câmara a atribuição de um subsídio de carácter mensal, no valor de €360,13 (trezentos e sessenta euros e treze cêntimos), para fazer face aos encargos



com o pagamento de salários a pessoal de cozinha em 7 estabelecimentos de ensino do 1.º Ciclo, dado que não estavam abrangidos pelo “Acordo de Cooperação da Educação Pré-escolar”, e, por consequência, não beneficiavam dos apoios concedidos pela DREN para encargos com pessoal em refeitórios escolares. Progressivamente, e à medida que a Autarquia foi encontrando uma solução alternativa, procedeu-se à suspensão da atribuição da verba a alguns desses estabelecimentos de ensino. No entanto, as condições que estiveram na base da atribuição daquele apoio não se alteraram em todas as escolas, designadamente na EB1 Outeirinho/Moreira de Cónegos, que, por não ter educação pré-escolar, continua a não estar abrangida pelo Acordo anteriormente citado. Face ao exposto, propõe-se que, para o corrente ano civil e seguintes, seja dada continuidade à atribuição deste subsídio mensal à Freguesia de Moreira de Cónegos, para gestão do pessoal do refeitório da EB1 Outeirinho/Moreira de Cónegos, até que seja possível à Autarquia encontrar uma solução definitiva. Propõe-se ainda que se proceda, a partir de janeiro, inclusive, à suspensão da atribuição do subsídio a Agradas/Gandarela, por deixar de reunir as condições que determinaram a sua concessão, dado que passou a estar abrangida pelo Acordo. Nesse sentido, deverá proceder-se à retificação da deliberação de Câmara de 28 de fevereiro de 2002. À consideração superior”. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – PARCERIA ABAE/MUNICÍPIOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA ECO-ESCOLAS 2012 – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães coopera para a implementação do Programa Eco-Escolas, desde os anos 2001/2002 e esta parceria tem produzido efeitos positivos, ao nível da obtenção do respectivo Galardão por parte das escolas

aderentes, sendo também um indicador de desenvolvimento sustentável e de eficiência ao nível da educação ambiental. Os Projetos Eco-Escolas desenvolvidos nas escolas do Concelho têm contribuído para uma efetiva sensibilização e consciencialização ambiental, através de atividades pedagógicas, que em certa medida contribuem para uma eco-sustentabilidade na própria escola, reduzindo assim o impacto no ambiente e os custos no seu funcionamento. Por outro lado, os projetos Eco-Escolas só são possíveis mediante a parceria entre Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) e a Câmara Municipal de Guimarães. Nestes termos e analisada a parceria mais uma vez proposta, no âmbito do assunto em epígrafe, propõe-se a assinatura do protocolo (em anexo) entre o Município de Guimarães e a Associação Bandeira Azul da Europa, no qual o Município se compromete apoiar as Escolas inscritas no Programa Eco-Escolas 2010/2011, e em subsidiar com €20,00/escola, num total de 20, perfazendo €400,00 de apoio, conforme proposta em anexo. Para além disso, posteriormente o Município compromete-se atribuir €50,00 por Escola premiada. As Escolas inscritas encontram-se discriminadas em anexo". A listagem com as escolas inscritas, bem como os termos da Parceria dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – ESCOLA EB1 DE CANDOSO SANTIAGO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: "A Escola E.B.1 de Candoso Santiago solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, nos dias 23 e 24 de janeiro, aos Paços dos Duques de Bragança. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse pedagógico, e



não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho de 10 de janeiro de 2012 deferi o pedido, que se submete à Câmara Municipal para ratificação". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

EDUCAÇÃO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. TORCATO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta. "O

Agrupamento de Escolas de S. Torcato solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, no dia 23 de Fevereiro ao Centro Cultural Vila Flor. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse pedagógico, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, propõe-se o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de Câmara". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – EB 2,3 DE S. TORCATO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - Presente a seguinte proposta: "A Escola Básica 2,3

de S. Torcato solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, nos dias 16, 17 e 18 de Abril à ETA da Vimágua. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse pedagógico, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, propõe-se o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à Reunião de Câmara". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

CULTURA – BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO – Presente, para aprovação, a decisão da Comissão de Seleção de Bolsas de Investigação, tomada em reunião de 26 de novembro de 2011,

cuja ata se anexa, propondo não atribuir bolsa de investigação. A referida ata dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS – ÉPOCA DESPORTIVA 2011-2012 – Presente a seguinte proposta

do Vereador Amadeu Portilha: “Na sequência do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães, em vigor, procedeu-se mais uma vez ao período de recepção de candidaturas para apoios aos clubes desportivos. Neste momento, encontram-se inscritos um total de 63 clubes desportivos no Registo Municipal das Associações Desportivas, requisito indispensável para a apresentação de pedidos de apoio ao financiamento municipal. Neste sentido, e na sequência do *terminus* do prazo para apresentação de candidaturas a 31 de Outubro de 2011, deram entrada nos Serviços de Desporto da Câmara Municipal de Guimarães um total de 72 candidaturas, correspondendo a 18 pedidos de apoio à construção e requalificação de instalações desportivas, 33 pedidos de apoio à formação de camadas jovens e 21 pedidos de apoio à organização de atividades e eventos desportivos. Nos termos do estabelecido nesse Regulamento, e com base nos critérios de elegibilidade e de qualidade previstos, submete-se à aprovação a atribuição dos seguintes subsídios: **1. Apoio à construção e requalificação de instalações desportivas:** Após a verificação dos critérios de elegibilidade, que determinaram a exclusão de algumas candidaturas, foi realizada uma avaliação qualitativa que se baseou nos seguintes critérios: Impacto dos equipamentos e infraestruturas no melhoramento dos objectivos estatutários da associação; Impacto dos equipamentos e infraestruturas no



programa de desenvolvimento desportivo do concelho; Número de beneficiários diretos da infraestrutura e equipamentos; Montante do orçamento para o investimento; Sustentabilidade dos projetos com prioridade às Associações com atividade e formação; Duração do programa de desenvolvimento desportivo. Com base nestes critérios, a Câmara Municipal decidiu atribuir os seguintes subsídios: -----

Associação	Descrição do apoio	Duração do Programa	Valor Atribuído
Moreirense Futebol Clube	Beneficiação de Bancadas, Iluminação, Gradeamento, Casas de Banho.	1 ano	20.000,00 €
Clube Desportivo Xico Andebol	Isolamento térmico, requalificação de balneários e cobertura.	1 ano	20.000,00 €
Clube Desportivo de Ponte	Construção de Balneários.	1 ano	15.000,00 €
Grupo Desportivo União Torcatense	Requalificação da área envolvente ao campo de jogos (relvado sintético).	1 ano	12.500,00 €
GDR "Os Amigos de Urgeses"	Construção de balneários.	1 ano	10.000,00 €
Pevidém SC	Construção da sede social e salas de estudo.	1 ano	5.000,00 €
Clube de Ténis de Guimarães	Cobertura do Campo 8.	1 ano	5.000,00 €
Brito Sport Clube	Requalificação dos Balneários.	1 ano	5.000,00 €
Grupo Desportivo Serzedelo	Ampliação e requalificação das instalações (gabinete anti-dopping).	1 ano	2.500,00 €
Clube de Ténis das Taipas	Requalificação de balneários e iluminação dos campos.	1 ano	2.000,00 €
CSC Desportivo e Recreativo de Vila Nova de Sande	Construção de Balneários para Árbitros.	1 ano	1.500,00 €
Centro de Atividades Recreativas Taipense (CART)	Reparação de infiltrações na cobertura, pintura de marcações, beneficiação de balneários e sala.	1 ano	1.500,00 €

Tendo em conta os projetos de relvados sintéticos aprovados no ano transacto, cujo contrato-programa para o efeito tem a duração de 4 anos, deve ser cativa a verba correspondente, conforme aprovado, no total de €250.000,00. A saber: -----

Associação
G.D.R. "Amigos de Urgezes"
Pevidém Sport Clube
Clube Caçadores das Taipas
Brito Sport Clube
G.D. União Torcatense

2. Apoio à formação de camadas jovens e eventos desportivos: Após a verificação dos critérios de elegibilidade, que determinaram a exclusão de algumas candidaturas, foi realizada uma avaliação qualitativa que se baseou nos seguintes critérios: Participação em modalidades Colectivas e/ou Individuais; Participação oficial em competições desportivas de carácter Regional, Nacional e/ou Internacional; Número de equipas por escalão e modalidade; Número de praticantes federados e/ou não federados; Utilização de instalações desportivas próprias ou arrendadas; Informações acerca do pessoal técnico; Realização de exames médico-desportivos. Com base nestes critérios, a Câmara Municipal decidiu atribuir os seguintes subsídios: -----

Apoio à Formação	Valor
Vitória Sport Clube	108.000,00 €
Moreirense Futebol Clube	22.500,00 €
Clube Desportivo Xico Andebol	10.000,00 €
Futebol Clube "Os Piratas de Creixomil"	10.000,00 €
Casa do Povo de Fermentões	7.500,00 €
Pevidém Sport Clube	7.500,00 €
Brito Sport Clube	7.500,00 €
GDR "Os Amigos de Urgeses"	7.500,00 €
Centro de Cultura e Desporto O Desportivo de Ronfe	7.500,00 €
Os Sandinenses GDRC	7.500,00 €



Apoio à Formação (continuação)	Valor
Centro de Actividades Recreativas Taipense (CART)	7.000,00 €
Guimarães Rugby Union Football Club	5.000,00 €
Centro Social Recreativo e Cultural de Campelos	4.000,00 €
Associação Recreativa Cultural de Penselo	3.000,00 €
Associação Cultural e Recreativo Lordelo	2.000,00 €
Clube Desportivo da CERCIGUI	1.250,00 €
Clube Desportivo de Ponte	1.250,00 €
Grupo Desportivo União Torcatense	750,00 €
Clube de Xadrez da Escola EB2,3 João de Meira	750,00 €
CSCDR de Vila Nova de Sande	750,00 €
Grupo Cultural e Desportivo Águias Negras	750,00 €
Clube Ténis de Guimarães	750,00 €
Guimarães Futsal Clube	750,00 €
Associação Recreativa Cultural Social Fair Play	750,00 €
Associação Juvenil Fair Play, E.F.	500,00 €
União Desportiva de Airão	500,00 €
Grupo Desportivo Serzedelo	500,00 €
Centro Social Cultural e Desportivo de Silvaes	500,00 €
Clube de Ténis de Mesa das Taipas	500,00 €
ARCAP - Academia Recreativa e Cultural Amigos de Ponte	500,00 €
Casa do Povo de Creixomil	250,00 €
Eventos desportivos	Valor
Associação de Futebol Popular de Guimarães	15.000,00 €
Clube de Petanca das Taipas	1.000,00 €
Associação de Ciclismo do Minho	2.500,00 €
Associação de Ciclismo do Minho	2.500,00 €

Eventos desportivos (continuação)	Valor
Associação de Xadrez do Distrito de Braga	1.000,00 €
Casua Abadá - Associação Desportiva Cultural	500,00 €
Neste sentido, são atribuídos um total de €600.000,00, repartidos pelas diferentes tipologias de apoios". DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Manuel Antunes não participou na discussão e na votação da proposta. -----	
DIVERSOS – CONTRATO DE FINANCIAMENTO (QREN-EQ) –	
Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal, em sua reunião de 16 de Junho de 2011, deliberou aprovar a apresentação de candidatura a um financiamento designado por QREN-EQ, nos termos do Despacho nº 6572/2011, publicado no Diário da República, 2ª série, de 26 de Abril, nas operações, condições e montantes constantes da respectiva proposta, conforme documento em anexo (doc. 1). Foi agora notificada da aprovação, por parte da Comissão de Coordenação e Supervisão, das três candidaturas apresentadas no âmbito daquele Empréstimo (EQ), para financiamento parcial da contrapartida nacional, nas seguintes condições e montantes: 1 - NORTE-04-0241-FEDER-000714 "Qualificação do Espaço Público do Tournal, Alameda e Rua de Santo António" : Montante: €1.804.908,26; Prazo: 12 anos; Taxa de Juro: taxa aplicada em cada semestre correspondente à suportada pela República Portuguesa no âmbito do Empréstimo-Quadro acrescida de uma margem de 20 p.b. (3,901%); Período de carência: 6 semestres; Garantia: transferências do Orçamento do Estado. 2 - NORTE-04-0241-FEDER-000470 "Requalificação do Espaço Público da Zona de Couros" - Montante: €221.526.80; Prazo: 8 anos; Taxa de Juro: taxa aplicada em cada semestre correspondente à suportada pela República Portuguesa no âmbito do Empréstimo-	



Quadro acrescida de uma margem de 20 p.b. (3,901%); Período de carência: 6 semestres; Garantia: transferências do Orçamento do Estado. **3 - NORTE-04-0241-FEDER-000763 "Reabilitação do Campo de São Mamede"** - Montante: €322.317.03; Prazo: 10 anos; Taxa de Juro: taxa aplicada em cada semestre correspondente à suportada pela República Portuguesa no âmbito do Empréstimo-Quadro acrescida de uma margem de 20 p.b. (3,901%); Período de carência: 6 semestres; Garantia: transferências do Orçamento do Estado. Para aprovação da contratação e aceitação das respectivas cláusulas contratuais, constantes das minutas dos contratos respectivos, que se anexam à presente informação (**doc. 2, doc. 3 e doc. 4**), deverá o assunto ser submetido à Câmara Municipal, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal". Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ---- A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----**

Pelas onze horas o Vereador César Machado apresentou ao executivo camarário os 20 novos agentes que entraram ao serviço da Polícia Municipal, cujas funções se centram na fiscalização do espaço público em áreas como o trânsito, esplanadas ou venda ambulante. Disse que a Polícia Municipal passa agora a dispor de 52 agentes e de condições mais adequadas para continuar a assegurar turnos diários de 20 horas, sete dias por semana. O Presidente da Câmara deu as boas vindas aos Agentes, dizendo que o Município fica com um efetivo capaz de responder aos desafios colocados em ano de CEC 2012. Por último, os Agentes foram felicitados por todos os Vereadores do executivo camarário.

**PELAS ONZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA
CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA
CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**